

DANTE MOREIRA LEITE FACE A PRECONCEITOS E IDEOLOGIAS SOBRE CARÁTER NACIONAL

MARÍLIA GRACIANO *

O primeiro artigo publicado por Dante Moreira Leite: "Preconceito Racial e Patriotismo em Seis Livros Didáticos Primários Brasileiros" (1950) denuncia a falta de fundamentos lógicos e científicos dos preconceitos e ideologias nacionalistas, que são "freqüentemente, senão sempre, uma deformação da realidade, uma forma estrábica de ver o mundo que nos cerca" (1950, p. 231). Esta mesma denúncia está presente em várias de suas obras posteriores, entre as quais "Teorias Recentes sobre o Caráter Nacional" (1954 a), *Psicologia Diferencial* (1966) e *O Caráter Nacional Brasileiro* (1969).

O presente trabalho procura retratar a postura crítica de Dante Moreira Leite face a preconceitos e ideologias. Aborda um aspecto fundamental de sua obra, que é o esforço sistemático de demonstrar que ambos são visões deformadas da realidade social, carregadas de valores subjetivos e culturais. Ele postula, por exemplo, que as teorias que defendem a existência de "características psicológicas típicas" de um povo ou raça são explicáveis pelo contexto político, social e econômico em que se desenvolvem, na medida em que refletem, sob forma aparente de uma descrição objetiva, valores, interesses e motivações pessoais dos autores e do grupo a que pertencem.

Não obstante, essas visões estrábicas da realidade subsistem com ampla aceitação social pois servem, a nível do grupo, para justificar situações existentes de desigualdade e opressão e, a nível individual, para explicar o comportamento das pessoas a que se referem.

A crítica de Dante Moreira Leite a preconceitos e ideologias insere-se em um contexto amplo que é sua postura enquanto psicólogo social. Tendo sido bastante influenciado pela escola gestáltica, e particularmente pela teoria de percepção social de Fritz Heider, de quem foi aluno, colaborador e tradutor, ele demonstra em sua obra uma freqüente preocupação com os erros nos julgamentos perceptuais. Sendo assim, a primeira parte deste artigo analisa este problema, mostrando como é abordado pela psicologia. A partir da compreensão dos processos subjetivos que interferem nas percepções fica claro como surgem e porque se mantêm preconceitos e ideologias.

Erros inerentes aos julgamentos perceptuais

Em nossas percepções do mundo social, a objetividade é dificilmente alcançada. Ao observarmos um incidente social qualquer (alguém dizendo ou fazendo alguma coisa para um outro), estamos sempre indo além da simples percepção do fato para uma interpretação dele em termos de esquemas pré-concebidos. Assim, quando estudamos a percepção social (percepção de pessoas ou percepção das relações interpessoais), temos em mãos um fenômeno bem mais complexo do que a percepção de objetos físicos, onde existe sempre um critério de realidade, contra o qual se pode testar os desvios perceptuais. No caso do mundo social, o critério objetivo de realidade não existe, ficando a validade da percepção apenas dependente do consenso entre observadores.

O interesse pelos erros que ocorrem no processo perceptual está ligado à própria origem da psicologia científica, cujo marco é a fundação do laboratório de Wundt (1879). A partir do desenvolvimento das ciências físicas e principalmente da astronomia, os pesquisadores estavam muito interessados nos "erros humanos" envolvidos na observação: é célebre o episódio do assistente de Maskelyne (despedido do observatório de Greenwich porque registrara suas observações com diferenças de meio segundo em relação a seu mestre), que levou o astrônomo alemão Bessel a pesquisar e concluir que a ocorrência de variações individuais na observação é um fenômeno comum, ao qual denominou "equação pessoal".

Essa importante constatação de que não existe uma relação direta entre o objeto físico e sua percepção levou os primeiros psicólogos experimentais a tentar determinar os fatores que interferem na observação humana: Weber, Fechner, Helmholtz e Wundt, considerados pais da psicologia experimental, interessaram-se por definir cientificamente o processo da percepção de objetos físicos e suas limitações.

Essa preocupação também aparece como central na escola de psicologia gestáltica, através dos trabalhos de Wertheimer, Kohler e Koffka. Nestes autores encontramos a proposição de que a percepção não se reduz a uma soma de sensações elementares, mas possui um caráter de totalidade (gestalt) irredutível ao conjunto de elementos que a compõem.

* Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

Os gestaltistas analisaram inúmeros fenômenos de ilusão perceptual demonstrando que aquilo que vemos ou ouvimos é dependente de fatores internos (por exemplo: tendência a perceber formas simples e completas), assim como do contexto no qual o objeto se insere (por exemplo: relação entre figura e fundo).

A abordagem sistemática do problema da interferência subjetiva na percepção de pessoas só apareceu na psicologia bem mais tarde, através dos trabalhos de Heider (1944, 1958), que demonstram como estas percepções são influenciadas por tendências cognitivas e motivacionais do observador. Assim, por exemplo, na percepção do comportamento de uma pessoa interferem os sentimentos positivos ou negativos que se têm em relação a ela. Mesmo que não conheça nada a respeito do outro, o observador sempre faz algumas inferências sobre suas intenções, atribuindo significado e valor à ação: ao ver na rua um adulto admoestar severamente uma criança, pode interpretar esta ação como uma "maldade" ou uma "prova de cuidado" (no caso, por exemplo, de julgar que a criança estava tentando atravessar a rua sozinha). Da mesma forma, se estiver de bom humor, uma pessoa pode interpretar um esbarrão de outra como um ato involuntário; se estiver de mau humor, o mesmo esbarrão poderá significar um ato de animosidade, gerando resposta ríspida.

A análise dessas interpretações sobre as ações de outras pessoas é essencial para a compreensão das relações interpessoais. Na observação de qualquer evento social, como por exemplo um diálogo, deve-se levar em conta que os fatos não se esgotam no que é verbalizado, pois ambos os participantes estão fazendo constantes interpretações a respeito do outro. Uma mesma frase ou ação, pode ter significados completamente diferentes, dependendo de como se julga a pessoa que a diz e suas intenções. Evidentemente, tais interpretações não são sempre conscientes mas uma pessoa quando questionada, geralmente saberá explicar o significado que atribui à ação da outra.

Dentro desta teoria, o conceito que se tem sobre uma pessoa torna-se essencial para a atribuição de significado às suas ações. Se, por exemplo, um professor considerar um aluno esforçado, pode julgar que o seu bom resultado nos exames foi devido a sua motivação para aprender (fator interno). Se um outro aluno, que julgar preguiçoso, obtém o mesmo resultado, o professor pode achar que ele foi beneficiado pela sorte, ou outros fatores externos, não cogitando na hipótese de que o aluno tenha se esforçado para passar nestes exames.

É importante levar em conta que estes conceitos sobre pessoas tendem a se cristalizar, havendo necessidade de muitas evidências em contrário para que sejam reformulados. Em outras palavras, é mais

simples uma pessoa interpretar um fato a partir dos conceitos que já possui do que reformulá-lo em favor de evidências negativas (caso do "aluno preguiçoso"). Como não existem critérios objetivos através dos quais se pode realmente validar estes conceitos (pelo menos na vida cotidiana), sua comprovação se dá através da comparação com as opiniões de outras pessoas (se Maria, Antonio e Pedro pensam como eu a respeito de João, minha opinião é correta). Como se sabe, a busca desse tipo de consenso é, por sua vez, um processo seletivo: Festinger (1954) já demonstrou como os indivíduos preferem pessoas semelhantes a si mesmos para validarem suas opiniões. Desta forma, os conceitos sobre pessoas acabam por se constituírem em certezas, sendo bastante difícil refutá-los.

Este círculo vicioso em que as percepções das ações do outro são deformadas por conceitos pré-existentes e, ao mesmo tempo, servem para reforçá-los, é o mecanismo que explica a permanência dos preconceitos contra diversos grupos, como se verá a seguir.

FUNÇÃO DOS PRECONCEITOS

Dante Moreira Leite define preconceito racial como um "juízo, certo ou errado, *não justificado logicamente*, que se faz uma raça, seja a nossa ou não" (1950, p. 207). Em seu primeiro artigo, denuncia a existência de preconceito racial em alguns livros didáticos primários brasileiros concluindo que: "mais importante talvez que notar a atitude de preconceito, é notar a forma de que está revestido: a manifestação se faz através de um sentimento que bem poderíamos caracterizar de desprezo (...) atitude que não é de luta contra o negro, mas simplesmente de colocá-lo numa situação inferior, tendo a sensação de ser melhor que ele" (1950, p. 225).

Posteriormente, no livro *Psicologia Diferencial* (1966), explica as diferenças psicológicas entre raças, povos, classes sociais e sexos através de desigualdade dos fatores ambientais, combatendo a noção pseudo-científica de que existem determinantes genéticos irreversíveis subjacentes a estas diferenças. Pseudo-científica por dois motivos: de um lado, a ciência jamais comprovou a existência de fatores genéticos capazes de explicar as características psicológicas e intelectuais que diferenciam brancos e negros, homens e mulheres. De outro porque, ainda que o componente genético existisse, nada garantiria a sua predominância sobre os fatores ambientais, isto é, sua irreversibilidade.

Em relação ao fator racial, Dante Moreira Leite afirma: "(...) as diferenças de inteligência, observadas entre as raças colocadas no mesmo país devem ser explicadas pelas condições econômicas e educacionais destas raças. (...) quando colocadas em

melhores condições, nos estados do norte dos Estados Unidos, os negros obtêm melhores resultados, não só nos testes de inteligência como, de modo geral, em seu aproveitamento educacional e profissional.

(...) Não existe qualquer prova de que o índio brasileiro, por exemplo, seja incapaz de desenvolvimento igual ao de outros grupos raciais, ou que seus descendentes deles tenham "herdado" determinadas características psicológicas. As vezes se diz, a respeito do índio brasileiro que seria nômade, incapaz de fixar-se em determinado território, e que seus descendentes teriam herdado esta característica psicológica. Ora, é fácil provar que os "bárbaros" — ancestrais dos alemães, franceses, belgas e ingleses — também eram nômades, embora ninguém diga que estes povos tenham herdado essa característica. Na realidade, ocorre coisa muito diversa. O "nomadismo" de nossos índios é explicável, seja pelo fato de dependerem da caça e pesca — o que os obrigava a procurar locais ainda não explorados — seja por mitos religiosos que os levaram à migração" (*Psicologia Diferencial*, pp. 110-111).

Como se vê, o preconceito a respeito da inteligência e capacidade de trabalho de negros e índios é totalmente injustificável, uma vez que a produtividade de indivíduos destas raças se explica pelas condições ambientais a que foram submetidos. Não existem fatores genéticos que tornem o negro menos produtivo: o que existe é a falta de oportunidades educacionais para desenvolverem integralmente suas capacidades.

A mesma posição é defendida em relação a diferenças psicológicas entre homens e mulheres. Por exemplo, em relação ao preconceito contra a capacidade produtiva da mulher, Dante Moreira Leite escreve:

"Quando se observa a educação de meninos e meninas, é fácil notar que, enquanto aos meninos se dá uma liberdade cada vez maior, de acordo com o seu gradual desenvolvimento, a educação da menina se caracteriza por restrições cada vez maiores à sua independência. Pode-se supor que tais restrições tenham interferência na possibilidade da capacidade criadora pois é nesta que se nota menor realização feminina.

Outro fator possível refere-se às expectativas de comportamentos masculinos e femininos. Quando se pensa que grande parte da atividade humana resulta da tentativa de corresponder às expectativas dos outros, pode-se supor que, como se espera menos da mulher, esta acaba por produzir realmente menos" (*Psicologia Diferencial*, pp. 158-159).

Pode-se demonstrar, assim, que as diferenças psicológicas encontradas entre homens e mulheres, tanto a nível da capacidade intelectual quanto a nível de características emocionais e motivacionais

são explicáveis pela socialização. Meninos e meninas são desde muito cedo submetidos a influências diferentes, que afetam não só seus comportamentos mas também seus valores e atitudes mais profundos.

Cabe então perguntar: se a influência do fator ambiental na determinação das características psicológicas destes grupos é tão facilmente demonstrável, porque subsistem os preconceitos?

A reflexão a partir da teoria de Heider sobre percepção social, oferece uma resposta: os preconceitos têm uma função na medida em que servem como esquemas cristalizados e simplificados para a interpretação das ações de outras pessoas. Assim, a "preguiça" e a "incapacidade" inerentes a certos grupos podem ser utilizados para explicar, simples e comodamente, sua improdutividade como no caso, por exemplo, de um professor que atribui as notas baixas de seus alunos negros a estes fatores, eximindo-se da responsabilidade por possíveis obstáculos ambientais que os estejam afetando. De um lado, como já foi dito, é tarefa cognitivamente mais simples acomodar os fatos aos preconceitos do que reformulá-los. De outro, ao aceitar a determinação "genética e irreversível", o professor não precisa se preocupar em interferir na realidade social. Forma-se então um círculo vicioso, no qual a causa real da dificuldade do aluno não é jamais atingida: ele continua tendo fechadas as suas oportunidades ao mesmo tempo que é cercado de expectativas pessimistas quanto à sua capacidade de realização.

Além disso, os preconceitos têm uma função importante na manutenção da estabilidade social, em sistemas onde existe desigualdade de condições. Na medida em que se cristalizam as noções sobre inferioridade psicológica em função da raça ou sexo, justificam-se o domínio, a opressão, as oportunidades desiguais. Entre diferentes povos, a mesma coisa acontece. O domínio e a exploração de um povo sempre se justifica através de ideologias que valorizam as características do povo dominante e ao mesmo tempo apontam a inferioridade dos povos oprimidos.

CRÍTICA AS TEORIAS SOBRE CARÁTER NACIONAL

Uma visão crítica das teorias sobre caráter nacional aparece sistematizada em vários artigos publicados por Dante Moreira Leite: "Teorias Recentes sobre o Caráter Nacional" (1954 a), "O Caráter Nacional Norte-Americano (1954 b)", "O Caráter Alemão" (1954 c), "O Caráter Nacional Brasileiro e o Futebol" (1954 d), bem como em sua tese de doutoramento sobre *O Caráter Nacional Brasileiro* (1954 e), reformulada para publicação em livro (1969).

Já em 1950, no referido artigo sobre preconceito racial em livros didáticos, o autor encontra vários pontos em comum entre sentimento patriótico e

preconceito racial: a noção do estrangeiro oposta à do natural da terra, a tentativa de se utilizar o patriotismo para se desculpar a raça contra a qual se tem preconceito e a visão deformada da realidade que ambos representam.

Posteriormente, apresenta uma crítica às teorias sobre caráter nacional (que estiveram em grande moda durante o século XIX), afirmando:

"De fato, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia Social puderam demonstrar esta verdade fundamental: as raças importam psicologicamente, enquanto critérios ou valores sociais e não como categorias biológicas" (1954 a, p. 379).

Nesse mesmo trabalho, o autor postula que os estereótipos sobre caráter nacional variam em função da situação social e política da época em que se desenvolvem, citando como exemplo o estudo de Klineberg que demonstrou como a valorização do caráter dos chineses, na época em que os americanos necessitavam de sua mão-de-obra, foi substituída por uma imagem extremamente negativa, na época em que os dois grupos entraram em conflito.

Esse postulado é retomado com maior clareza nos estudos de Dante Moreira Leite sobre ideologias referentes ao caráter nacional brasileiro. Através de uma excelente análise crítica dessas ideologias, abrangendo desde a carta de Pero Vaz de Caminha até o período da ruptura do pensamento ideológico (1950), o autor demonstra como a variação de estereótipos sobre o brasileiro está ligada ao contexto social e político dos diferentes períodos históricos.

Assim, por exemplo, a valorização do indígena, em oposição ao colonizador, aparece claramente logo depois da independência, quando o nacionalismo brasileiro precisava encontrar um passado independente da História de Portugal. "Além disso, também em outro sentido o indianismo tinha conteúdo ideológico: o índio foi, no romantismo, uma imagem do passado e, portanto, não apresentava qualquer amea-

ça à ordem vigente, sobretudo à escravatura" (1969, p. 171-172).

Esse mesmo índio seria visto posteriormente por Euclides da Cunha, numa época em que se buscava explicar a sociedade através da relação entre raças e meio geográfico, como rebelde, inapto ao trabalho e impulsivo, em oposição ao vaqueiro, que seria forte, audacioso e movido pela honra.

Dante Moreira Leite mostra como é possível explicar as diversas ideologias sobre o caráter nacional brasileiro através da análise do contexto histórico. O próprio desaparecimento destas ideologias teria ocorrido, segundo ele, em função do processo de industrialização brasileira, no momento de luta pela independência econômica. Eis a conclusão de seu livro:

"(...) seria possível perguntar se as características psicológicas atribuídas ao brasileiro têm alguma relação com a realidade. O número e a diversidade de tais características justificam a idéia de que não podemos imaginar sua correspondência com qualquer grupo brasileiro, e muito menos com o brasileiro. Não existe qualquer prova de que um povo tenha características psicológicas inexistentes em outro (...). Mas ainda que algum dia se chegue a este tipo de estudo, as características psicológicas não poderão ser entendidas como fonte de desenvolvimento histórico e social. Ao contrário, as condições de vida social é que determinam as características psicológicas, embora estas, depois, possam também influir na vida social" (1969, p. 329).

Vemos por estas afirmações, que as ideologias sobre caráter nacional de um povo não passam de preconceitos, visões estrábicas da realidade social que refletem valores culturais e interesses políticos e econômicos mais amplos.

Ao desmascará-las, Dante Moreira Leite revela sua combatividade às idéias ingênuas e cristalizadas que caracterizam visões cômodas da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FESTINGER, L. 1954. "A theory of social comparison processes". *Human Relations*, 7, 117-140.
- HEIDER, F. and SIMMIEL, M. 1944. "An experimental study of apparent behavior". *American Journal of Psychology*, 57, 243-259.
- HEIDER, F. 1958. *The Psychology of Interpersonal Relations*, New York: Wiley. Tradução brasileira de Dante Moreira Leite: *Psicologia das Relações Interpessoais*. São Paulo: Pioneira e Editora da U.S.P., 1970.
- LEITE, Dante Moreira. 1950. "Preconceito Racial e Patriotismo em Seis Livros Didáticos Primários Brasileiros". *Boletim CXIX (Psicologia nº 3) da F.F.L.C.H.U.S.P.*
- LEITE, Dante Moreira. 1953 a. "Teorias Recentes sobre o Caráter Nacional", *ANHEMBI*, V. XVI, 47, pp. 396, ss.
- LEITE, Dante Moreira. 1954 b. "O Caráter Nacional Norte-Americano", *ANHEMBI*, V. XVI, 48, pp. 620-622.
- LEITE, Dante Moreira. 1954 c. "O Caráter Alemão", *ANHEMBI*, V. XVII, 49, pp. 173-175.
- LEITE, Dante Moreira. 1954 d. "O Caráter Nacional Brasileiro e o Futebol", *Boletim de Psicologia*, 18, 19, 20, pp. 13-17.
- LEITE, Dante Moreira. 1954 e. *O Caráter Nacional Brasileiro* — tese de doutoramento defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- LEITE, Dante Moreira. 1966. *Psicologia Diferencial*. São Paulo, Dominus Editora.
- LEITE, Dante Moreira. 1969. *O Caráter Nacional Brasileiro*, São Paulo, Editora Pioneira.